

**REFLEXÕES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS
PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM O ENSINO RELIGIOSO**

doi: [10.25247/paralellus.2026.v17n40.p433-442](https://doi.org/10.25247/paralellus.2026.v17n40.p433-442)

RESENHA/RECENÇÃO - BOOK REVIEWS

*José Aguiar Nobre**

*Everton Gonçalves Costa***

MIRANDA, Mario de França. **Igreja sinodal e desafios atuais**. São Paulo: Loyola, 2023.

O tema da sinodalidade é objeto de grande reflexão na atualidade, pois tem sido uma marca do pontificado do Papa Francisco a busca por uma maior participação de todos no que diz respeito à vida eclesial e à dinâmica pastoral e evangelizadora. O Papa não inventa este tema, mas é algo que já está presente no início do cristianismo e foi resgatado no Concílio Vaticano II, mas que hoje ganha nova força e vigor.

Muitos teólogos têm escrito e refletido sobre a questão da sinodalidade como uma marca essencial da Igreja. Entre estes autores temos Mario de França Miranda que já possui outras obras nesta temática e, que no final de 2023, publicou mais esta contribuição para a reflexão teológica e pastoral.

Mario de França Miranda é um presbítero jesuíta, doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, com sua tese sobre a Teologia trinitária de Karl Rahner. Atualmente é professor emérito de Teologia, na Pontifícia

* Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017), com Estágios Pós-doutorais em Filosofia (UFPR) e em Educação (PUC-Campinas). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6448757435263293>. E-mail: nobre.jose@gmail.com.

** Mestre em Teologia na área de Fundamental e Sistemática pela PUC-SP (2025). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2423917856091940>. E-mail: eg.costa@yahoo.com.br.

Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi membro da Comissão Teológica Internacional (CTI), consultor do CELAM e da CNBB, recebeu o prêmio Ratzinger 2015, é dedicado nas linhas de pesquisa sobre antropologia teológica, teologia das religiões, inculturação da fé, relação Igreja e sociedade, e atualmente, tem escrito muito sobre o tema sinodalidade e Papa Francisco.

A obra está dividida em 2 partes, e cada parte contém 4 capítulos. O próprio autor faz um prefácio onde situa o livro para o leitor, destacando que quem conhece a história da Igreja não se surpreende com as mudanças em curso, e que hoje se vive o fim de um laicato passivo diante da liderança ativa do clero. O livro é fruto de um processo de estudo, aprofundamento e retorno às fontes, para ajudar a iluminar as reflexões acerca das mudanças atuais, que são reflexo da sociedade não mais cristã, mas simplesmente pluralista, secularizada, buscando assim, pistas de ação para a evangelização.

A primeira parte, intitulada *Uma Igreja Sinodal*, trata de uma Igreja que reage diante da participação ativa dos membros não só no aspecto doutrinal e pastoral, mas também no governo da comunidade, pois o termo sínodo já evoca um caminhar juntos e agir juntos numa instituição missionária. A segunda parte, *Desafios Atuais*, trata, como o próprio título anuncia, alguns desafios atuais a serem respondidos em perspectiva sinodal, ou seja, com a participação e a colaboração de todos, uma vez que são desafios bem complexos e amplos.

Pretende-se destacar aqui algumas ideias de cada um dos capítulos para despertar no leitor o interesse de apreciar esta obra que apesar de pequena em tamanho, é preciosa em reflexão.

O capítulo 1, traz o título *Espírito Santo e sinodalidade*, e busca fundamentar teologia do povo de Deus como destinatário primeiro da salvação, destacando a ação do Espírito Santo no meio deste povo, abrindo assim perspectivas para uma Igreja que seja mais sinodal. França Miranda constata que a crise atual é fruto do fato de que “herdamos uma Igreja configurada no passado e sem significado e força social em nossos dias” (p.15). A sinodalidade sintetiza e concretiza muitos aspectos da Igreja como comunhão e muito pode ajudar a superar as crises provenientes das grandes

mudanças de época, próprias da sociedade atual como um todo, atingindo também a Igreja.

O autor reflete que houve e ainda há uma racionalização da fé cristã, um enquadramento jurídico exagerado, um discurso moral hipertrofiado, que aponta para um déficit pneumatológico na Igreja ocidental, acumulado ao longo de séculos. Dentro desta temática, França Miranda aprofunda o tema da autoridade na vida e missão de todo batizado e não apenas dos ministros ordenados, fundamentando o vocábulo bíblico *exousia*, destacando que a autoridade na Igreja é dada pelo Espírito Santo a todos e deve ser exercida em favor do Reino de Deus. Chega a usar a seguinte expressão: “todo cristão, enquanto sintoniza com Cristo em sua missão, atua também *in persona Christi* num sentido amplo” (p.25). Esta sintonia implica uma fé coerente com o depósito da fé cristã, e não significa enfraquecimento da autoridade dos ministros ordenados, mas apenas distinção que faz crescer.

Nas ideias conclusivas do capítulo, nota-se que o Vaticano II já lançou as bases para uma Igreja sinodal, mas ainda é preciso vencer a ideia do elemento apenas consultivo e avançar para o deliberativo no que toca à missão laical (múnus do ensino, do culto e do governo aplicado à autoridade laical). Visto que a transmissão da fé é um grande desafio atual, numa Igreja sinodal ela será tarefa de todos, não tanto por planos pastorais, embora necessários, mas pelos contatos pessoais, anônimos, simples que leve esperança e sentido para a vida das pessoas.

Sem um laicato atuante a Igreja, apenas com seus ministros ordenados, não será capaz de responder, de forma eficaz, aos desafios desta sociedade cada vez mais complexa. Um laicato maduro viverá sua autoridade concedida pelo carisma que lhe é próprio. É urgente iniciar processos, sem ter pressa em colher os frutos, confiando na ação do Espírito Santo.

O capítulo 2, intitulado *A dialética humano-divina na sinodalidade eclesial*, explicita a diversidade presente na Igreja, que deve ser acolhida numa perspectiva sinodal, pelo simples fato de a Igreja ser uma realidade humano-divina. Neste capítulo, França Miranda destaca que falar da sinodalidade é refletir sobre uma nova consciência eclesial que foi trabalhada por autores anteriores ao concílio, que tiveram seu pensamento assumido e enriquecido pelo Vaticano II. Em suas próprias palavras: “O

tema da sinodalidade diz respeito não só ao aspecto institucional, mas também à mentalidade que o sustenta” (p.36).

Com o passar dos anos, o aspecto institucional acabou se sobrepondo, e, para combater heresias ligadas ao Espírito Santo, foi surgindo a ideia do monoepiscopado, gerando uma hipertrofia institucional pouco sensível ao cunho cultural, político e étnico que, em certa medida, levou ao Cisma do século X e à Reforma Protestante do século XVI. Diante da hipertrofia institucional, cresce a ênfase na doutrina e na moral. Ao longo da história houve muitas rupturas na dialética cristã, onde se favoreceu unilateralmente a parte divina ou se promoveu exageradamente a parte humana. O autor afirma que “onde atua o Espírito, aí se manifesta a dialética humano-divina da fé cristã” (p.41), e que tal dialética também se expressa no evento sinodal, pois o Espírito age sempre de modo cristofórmico, mas levando em conta a diversidade: “A unidade da fé não exclui a diversidade das expressões e das práticas” (p.44). Novamente o autor toca na questão da autoridade e poder. Neste ponto, para falar sobre a importância do discernimento no processo sinodal. Ressalta que “a autoridade do povo de Deus (*exousia*) advém do próprio batismo, sem a necessidade de lhe ser outorgada pela hierarquia” (p.45).

Neste capítulo ainda, o autor levanta a ideia de patriarcados na África, Ásia e latinoamericana, no que tange à diversidade sociocultural existente no planeta. Destaca a importância do diálogo que pressupõe escutar o outro, procurar compreendê-lo, mas sempre tomando consciência dos limites presentes no horizonte hermenêutico: “É preciso acolher os impulsos do Espírito Santo, sem aprisioná-lo em nossa chave de leitura” (p.47).

Concluindo o capítulo França Miranda afirma que é necessária uma conversão de cunho teórico e moral que levem a uma verdadeira liberdade cristã, condição necessária para um autêntico discernimento acerca do que realmente provém do Espírito Santo. Muitas críticas a Francisco provêm do medo de perder o poder, os privilégios e honrarias, o que o Papa chama de mundanismo espiritual. Não se pode todavia, perder de vista que “o pressuposto básico do processo sinodal está na ação do Espírito Santo e na capacidade de os participantes captarem suas inspirações, expressá-las e colocá-las em prática” (p. 50).

O capítulo 3 é intitulado *Sentir numa Igreja sinodal*, onde se busca examinar a importância da sintonia do fiel com a Igreja para o exercício da sinodalidade. Já o termo Igreja sinodal é quase um pleonasma, pois caminhar juntos é elemento constitutivo da própria Igreja. Esses elementos constitutivos provêm da revelação de Deus, mas devem se encarnar nas sociedades humanas para serem entendidos e vividos por cada geração, por isso sua configuração social se transforma com o tempo. A Igreja de hoje é uma herança da cristandade e o autor faz uma séria crítica à vivência deste modelo de cristandade ainda hoje.

A sociedade está em crise e transformação e isso exige da Igreja uma mudança de configuração para não se tornar apenas uma peça de museu. O Vaticano II propôs isso, mas hoje se constata uma rejeição explícita e pública a ele por parte até mesmo da hierarquia da Igreja. Todos os membros da Igreja devem ser ativos por força do próprio batismo recebido (AA 3; LG 33). Falar de sinodalidade é apenas outro modo de falar de participação ativa de todos na ação evangelizadora. Tal participação ativa era, nos primeiros séculos, muito maior do que hoje, mas foi sofrendo uma deformação eclesial que passou da compreensão de um sacerdócio mais ligado à pessoa de Jesus para um sacerdócio mais judaico, somado aos dualismos entre natureza e graça, profano e sagrado, agravada pela centralização excessiva do papado, influenciado pelo absolutismo reinante em diversos países.

A *Lumen Gentium* resgatará a teologia do povo de Deus, construindo uma eclesialidade decisiva para uma sinodalidade real, gerando órgãos representativos que nem sempre tem sido potencializado como se deveria. Nesta linha surge a grande contribuição do Documento de Aparecida que afirma que o sacerdócio ministerial está a serviço do comum (DAp 193), recomenda maior participação laical na elaboração e execução dos projetos pastorais (DAp 213) e nas decisões (DAp 371) e reconhece a necessidade de uma profunda mudança de mentalidade do clero e do laicato (DAp 213). É preciso resgatar a dimensão pneumatológica da Igreja, pois com o esquecimento da importância e da ação do Espírito Santo, houve um forte acento na realidade institucional e jurídica da Igreja. Ante as dificuldades de reconhecer a ação do Espírito Santo se impõe a necessidade de um eficaz discernimento. Como condições para o discernimento, o autor aprofunda 3 pontos: a) saber que meu ponto de vista não é o único; b) coerência de vida do sujeito com o impulso que

experimentou como vindo de Deus; c) o relacionamento com o próprio Deus que é amor e misericórdia.

Nas notas conclusivas deste capítulo, ressalta-se que “hoje se assiste ao fim de uma Igreja da cristandade, sem termos clara a noção de como irá se configurar a Igreja do terceiro milênio” (p.67). Daí a importância da sinodalidade no contexto atual, cuidando-se para que não se faça apenas uma transposição da experiência dos primeiros séculos para hoje, pois as características atuais dificultam uma participação de todos em vista de uma nova configuração eclesial. Aqui há a ideia de uma sinodalidade em construção trabalhada em outra obra do próprio autor.

O capítulo 4, intitulado *Igreja una na diversidade*, avalia, de modo conciso, como a diversidade não rompe a unidade eclesial. A pressão das problemáticas emergentes na sociedade atual gera um pluralismo de opiniões e modalidades de vida, que quase obriga o ser humano a conviver com a diversidade, nos mais variados ambientes onde se encontra. A Igreja, inserida nesta sociedade afetada pelas transformações não pode ignorar as questões emergentes, pois isso a reduziria a um gueto minoritário ou a uma peça de museu que romperia com sua identidade e seu sentido, que é essencialmente missionário. É necessário acolher as transformações históricas simplesmente pelo fato de que Deus atua na História e não fora dela. A revelação não prescinde dos contextos vitais e dos eventos sociais.

A natureza sacramental da Igreja exige que ela seja sinal visível da salvação de Deus revelada em Jesus. Para isso é indispensável a inculturação da fé. Para continuar sendo sinal, sacramento de Deus, a Igreja deve fazer a revisão de suas expressões, linguagens, práticas e pastorais, renovação essa já constatada em várias ocasiões de sua história. A Igreja atravessa hoje um período de instabilidade, o que é normal, pois “toda mudança gera mal-estar, nos desaloja de nossos hábitos, exige empenho de adaptação, parece desacreditar nossa fidelidade passada, mesmo que reconheçamos a historicidade da nossa inteligência da fé, portanto, dentro de quadros interpretativos provisórios. Se nos apegarmos a eles, podemos impedir o acesso a uma vivência mais autêntica do mistério” (p. 77).

Ao concluir o capítulo, percebe-se que deixar-se guiar pelo Espírito Santo exige uma autêntica conversão, um crescimento da vida da fé e um verdadeiro sentir com a

Igreja. É preciso “remover os obstáculos a uma autêntica liberdade cristã, provenham eles de condicionamentos de cunho teológico, psicológico, sociológico, cultural ou ideológico” (p. 79. Tal tarefa é difícil, mas possível, quando se sabe ouvir o Espírito numa vida de oração e se escuta os irmãos que não pensam como nós.

A segunda parte da obra tratará de alguns desafios atuais, em 4 capítulos novamente. Esta parte levanta algumas questões, mas não tem o objetivo de chegar a conclusões ou soluções, apenas iniciar processos de reflexão.

O capítulo 1, nomeado *Evangelização e instituições confessionais hoje*, reflete que o tema da sinodalidade atinge muitas instituições católicas. Tais instituições ligadas ao setor da educação, saúde, assistência, formação, entre outras, são um modo de evangelização que surgem como atuação desta Igreja inserida na história humana, e, portanto, deve constantemente repensar seu papel nos novos contextos socioculturais. O grande problema é quando estas instituições ficam presas num modelo do período da cristandade, que era fortemente marcado pela chamada “pastoral de manutenção”, sem levar em conta a sociedade secularizada e pluralista em que se vive hoje.

O objetivo deste capítulo é lançar luzes sobre o seguinte desafio: É possível uma pastoral com tal grau de universalidade, que pudesse ser captada, aceita e seguida pelos diversos grupos humanos presentes em nossas instituições? Para isso o autor traz noções básicas sobre a pessoa de Jesus ao anunciar e realizar o Reino, depois distingue os elementos de fé e religião, lançando assim pressupostos para entender a estratégia pastoral nas constantes transformações socioculturais hodiernas.

A missão da Igreja é levar homens e mulheres a viver uma fé consciente e real, que vá além de práticas tradicionais ou de um catolicismo cultural e inoperante. Diante de uma cultura desumanizante, a missão da Igreja consiste em humanizar esta sociedade, ajudando a pessoa a encontrar o sentido da sua própria dignidade, de sua liberdade e de sua transcendência. Assim, o cristianismo vai se desenhando como um humanismo, dentro de uma perspectiva de realidade simbólica. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que todos os membros da Igreja devem realizar uma conversão ao Evangelho, ou seja, todos devemos “ter uma maior coerência entre nossas palavras e nossa vida, uma maior preocupação com o ser humano, do que

com doutriná-lo, agregá-lo ou conquistá-lo para o nosso meio. Essa seria uma mudança de cunho existencial que leva a Igreja a mudar o seu olhar com relação à sociedade que parece afastada de seus critérios e de sua influência” (p.97).

O capítulo 2 é intitulado *A alegria do amor e da maioridade cristã*, e nele o autor, à luz da exortação *Amoris Laetitia*, reflete sobre o fato de que toda mudança causa certo temor, e que as atitudes, discursos e gestos inabituais do Papa Francisco causa reações diversas, seja de entusiasmo e aprovação ou de crítica e rejeição. Tal situação ocorreu diante do sínodo da família que refletiu sobre assuntos tão importantes para nossos tempos, mas, no entanto, diante das polêmicas acabou ficando, infelizmente, silenciado em sua riqueza.

O autor deseja neste capítulo trabalhar a tensão existente entre instituição e indivíduo, entre norma e consciência. Por muito tempo a Igreja ficou identificada com a hierarquia e isso produziu um laicato relegado a seguir e obedecer a normas, como uma massa passiva no interior da Igreja. Com o Vaticano II mudou-se essa visão reconhecendo o papel ativo do laicato na ação missionária da Igreja. Contudo, a participação ainda hoje é insuficiente, pois limita a participação dos leigos ao voto consultivo em muitas instâncias de decisão.

Afirma o autor: “Her damos uma configuração eclesial tão fortemente hierarquizada que, apesar da teologia conciliar do Povo de Deus e da Igreja-Comunhão, ainda falta da parte de seus responsáveis a capacidade de escutar e dialogar, apelando muitas vezes para o poder sagrado que lhes confere a ordenação. Sem dúvida, é todo um trabalho na área da formação do clero, a ser iniciado nos próprios seminários, para que sejam formados pastores que saibam de fato trabalhar com o laicato, e não novos membros de uma casta clerical” (p.105). Para avançar é necessário fomentar uma autêntica maioridade na vivência da fé cristã por parte de todos na Igreja. Tal maioridade significa coragem de tomar decisões de forma responsável, significa sabedoria, instinto moral, fidelidade à ação do Espírito. A maioridade cristã respeita a inteligência e a liberdade do ser humano como imagem de Deus, plenamente revelada em Jesus Cristo, à luz da misericórdia divina. Misericórdia não significa abrandamento ou relativismo doutrinário ou ético, mas respeito ao ritmo possível de crescimento da pessoa para torná-la consciente e livre em suas escolhas e ações.

No capítulo 3, *Fraternidade: uma noção universal?*, à luz da encíclica *Fratelli tutti*, França Miranda reflete sobre o tema da fraternidade em face à diversidade de religiões presentes no mundo, sob a seguinte pergunta: “Permite a fé cristã que a realidade conhecida como ‘Fraternidade’ possa ser considerada um ideal da humanidade, por se encontrar também nas demais religiões do planeta?” (p.117). Este é o capítulo mais denso, onde o autor trabalha um breve conceito de religião, seguido pela conceituação de fraternidade para poder assim, verificar se é possível conceber fraternidade numa perspectiva universalizante como deseja o Papa. Já de antemão, nota-se que o termo fraternidade está mais sintonizado com os ideais judaico-cristãos, mas numa perspectiva de humanismo, e pode-se estabelecer pontes de relação que resguardam a dignidade humana numa dimensão mais universal.

O capítulo 4 é intitulado *Fé cristã e cultura virtual*. A cultura virtual, embora não tenha ainda desenvolvido toda sua potencialidade, representa um desafio para a fé cristã. Ao pensar a realidade virtual enquanto algo que relativiza o espaço e tempo, torna o ausente presente, o distante próximo, o passado atual, o autor estabelece uma relação com a natureza sacramental do cristianismo que também realiza algo parecido, no visível remete ao invisível, do humano aponta o divino, do acessível nos lança ao inacessível. Partindo deste pressuposto o autor reflete que o cristianismo é por analogia todo virtual. Não se busca fazer uma descrição profunda acerca do mundo digital, mas apenas destacar algumas características que incidem na missão evangelizadora do cristianismo. A cultura cibernética é marcada pela cultura da informação, que corre o risco de cair numa superficialidade devido à hegemonia do fator econômico da atual sociedade. O que se busca neste capítulo é refletir se é possível que as comunidades virtuais se tornem verdadeiras comunidades cristãs no sentido pleno do termo, possibilitando a partilha das experiências pessoais da fé através do diálogo, sendo capaz de acolher a diversidade característica das comunidades cristãs presenciais, evitando assim a tendência de tornarem-se “bolhas”, algo tão comum no ambiente virtual.

O livro não consta de uma conclusão geral, pois como pode ser observado nesta resenha, a cada capítulo, ele já vai lançando notas conclusivas. Sendo assim, pode-se notar que a obra é uma riqueza em termos conceituais e abertura para reflexões e aprofundamentos sobre o tema da sinodalidade. Com o modismo ao redor do tema,

corre-se o risco de se esvaziar o conceito, relegando-o a uma superficialidade. Por isso é tão importante, teólogos sérios aprofundarem a temática. A primeira parte é bem mais interessante e de fácil leitura, ao passo que a segunda é um pouco mais densa de conceitos, ficando a impressão de que os temas são muito mais abrangentes para serem tratados em tão pouco tempo.

É uma marca do autor ser breve em suas reflexões, mas ao mesmo tempo muito fundamentado na Tradição, no Magistério e nas questões atuais. São muitas referências, mas o texto não fica complexo, pois nota-se, no autor, uma preocupação pastoral. A primeira parte desenha e fundamenta os princípios de uma Igreja verdadeiramente sinodal. As críticas feitas não são sensacionalistas ou para causar controvérsias, mas são preocupações sérias para com o futuro do cristianismo. Vale muito a pena a leitura de uma obra onde o autor tem uma grande visão eclesial, trazendo grande colaboração teológica e pastoral a um tema tão relevante para a Igreja hoje.